

PSICOLOGIA SOCIAL E COLETIVA NO ROMPIMENTO COM A COLONIALIDADE DO SABER: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

SOCIAL AND COLLECTIVE PSYCHOLOGY IN BREAKING WITH THE COLONIALITY
OF KNOWLEDGE: A STUDY FROM THE PERSPECTIVE OF LIBERATION PSYCHOLOGY

PSICOLOGÍA SOCIAL Y COLECTIVA EN LA RUPTURA CON LA COLONIALIDAD DEL
SABER: UN ESTUDIO DESDE LA PSICOLOGÍA DE LA LIBERACIÓN

Tales Paulino Guimarães de Sales¹

Ligia Alvarez de Oliveira²

Rodolfo de Melo Nunes³

Lucas Wagner Brígido Feitosa⁴

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão crítica acerca da colonialidade do saber na construção da Psicologia enquanto ciência e profissão no contexto brasileiro, evidenciando a influência de modelos eurocêntricos na formação e prática psicológica, bem como seus impactos na produção de conhecimento e do saber científico. A partir disso, a introdução contextualiza historicamente a constituição da Psicologia no Brasil, destacando sua herança epistemológica e a necessidade de construção de um saber situado nas especificidades latino-americanas. No que tange à metodologia, o texto opera uma revisão bibliográfica baseada na análise de artigos científicos e obras publicadas no contexto latino-americano, considerando critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O desenvolvimento do trabalho está subdividido em três principais tópicos e (1) aborda o processo de chegada do pensamento de colonialidade do saber no território latino-americano (2) considera o papel da psicologia e da saúde coletiva no rompimento com o reducionismo técnico-científico dentro do campo da psicologia social latina; e (3) segue, a posteriori, com a análise do fenômeno colonial através da Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Concluir-se-á a forte presença do colonialismo de saberes psicológicos, que hão de reforçar as práticas e produções científicas enredadas nas práticas e contextos históricos próprios do contexto latino.

Palavras-chave: Colonialidade do saber. Psicologia da Libertação. Psicologia Social. Contexto latino-americano.

¹Especialista em PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA Faculdade Iguazu, FI, Brasil. Professor de Psicologia – UNIJAGUARIBE. Psicólogo – UNIJAGUARIBE.

²Psicóloga -Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS.

³Doutor em Ciências Médicas – UFC, Professor Adjunto – UNILAB Farmácia – UFC.

⁴Mestre em Psicologia – UFC, Professor de Psicologia – UNIJAGUARIBE. Psicólogo – UFC.

ABSTRACT: This article proposes a critical reflection on the coloniality of knowledge in the construction of Psychology as a science and profession within the Brazilian context, highlighting the influence of Eurocentric models on psychological education and practice, as well as their impacts on knowledge production and scientific understanding. Initially, the introduction provides a historical overview of the development of Psychology in Brazil, emphasizing its epistemological heritage and the need to build knowledge grounded in the specificities of the Latin American context. Regarding the methodology, this study adopts a literature review based on the analysis of scientific articles and publications produced in Latin America, considering previously established inclusion and exclusion criteria. The discussion is organized into three main sections: (1) the introduction of the concept of the coloniality of knowledge in Latin America; (2) the role of Psychology and Collective Health in overcoming technical-scientific reductionism within the field of Latin American Social Psychology; and (3) an analysis of the colonial phenomenon through Martín-Baró's Liberation Psychology. The findings indicate a strong persistence of the coloniality of psychological knowledge, reinforcing scientific practices and knowledge production rooted in historical and sociocultural contexts characteristic of Latin America.

Keywords: Coloniality of knowledge. Liberation Psychology. Social Psychology. Latin American context.

RESUMEN: El presente artículo propone una reflexión crítica sobre la colonialidad del saber en la construcción de la Psicología como ciencia y profesión en el contexto brasileño, destacando la influencia de los modelos eurocéntricos en la formación y la práctica psicológica, así como sus impactos en la producción de conocimiento y del saber científico. En primer lugar, la introducción contextualiza históricamente la constitución de la Psicología en Brasil, resaltando su herencia epistemológica y la necesidad de construir un conocimiento situado en las particularidades del contexto latinoamericano. En cuanto a la metodología, el estudio consiste en una revisión bibliográfica basada en el análisis de artículos científicos y obras publicadas en América Latina, considerando criterios de inclusión y exclusión previamente establecidos. El desarrollo se organiza en tres ejes principales: (1) el proceso de llegada del pensamiento de la colonialidad del saber al territorio latinoamericano; (2) el papel de la Psicología y de la Salud Colectiva en la superación del reduccionismo técnico-científico dentro del campo de la Psicología Social latinoamericana; y (3) el análisis del fenómeno colonial desde la perspectiva de la Psicología de la Liberación de Martín-Baró. Se concluye que existe una fuerte presencia de la colonialidad de los saberes psicológicos, la cual continúa reforzando prácticas y producciones científicas arraigadas en los contextos históricos y sociales propios de América Latina.

Palabras clave: Colonialidad del saber. Psicología de la Liberación. Psicología Social. Contexto latinoamericano.

INTRODUÇÃO

A psicologia enquanto profissão no contexto brasileiro foi regulamentada em 1962 pela Lei n. 4.119/1962 pelo qual o ministério da educação determinou e estabeleceu normativas que

limitassem o escopo de pesquisa dentro do processo de graduação, como conteúdos, teorias, visões políticas e noções éticas que seriam repassadas aos alunos inseridos em âmbito educacional brasileiro (Menezes; Lins; Sampaio, 2019).

No que tange ao âmbito educacional, deve-se considerar que os autores, teorias e referenciais bibliográficos são potenciais agenciadores da conduta do profissional em psicologia, o que leva à compreensão de que há uma herança eurocêntrica da epistemologia e cientificidade da psicologia, privilegiando o centro dos principais lugares de fala pelos quais as grandes teorias e estudos foram elaboradas, como Alemanha, França, Áustria, Inglaterra e Itália (Menezes; Lins; Sampaio, 2019).

No contexto latino-americano surge um forte movimento de descolonização do saber em psicologia com o teórico Martín Baró e sua teoria da Psicologia da Libertação, apresentando uma psicologia social que leva em conta as especificidades e peculiaridades do contexto latino-americano e visa a uma libertação dos preceitos da psicologia elaborada nas especificidades dos modelos americanos e eurocêntricos, o que levou a uma compreensão dos determinantes sociais que fariam parte posteriormente do conceito de saúde e psicologia coletiva (Boechat; Vieira; Pizzi, 2020).

Com a Reforma Psiquiátrica, consolidou-se no Brasil um fortalecimento da Psicologia Coletiva, que passou a ultrapassar os limites da perspectiva patologizante tradicional. Essa nova abordagem passou a incorporar os determinantes sociais, políticos, culturais, econômicos e epidemiológicos implicados no próprio processo de adoecimento. Tal ampliação do olhar permitiu o desenvolvimento de uma psicologia situada nas especificidades latino-americanas e, em especial, brasileiras, capazes de apreender a complexidade inerente à continentalidade e à diversidade sociocultural do país (Lemos; Lhullier, 2020).

Considerando o conceito de colonialidade do saber, o presente trabalho tem como objetivo discorrer, analisar e problematizar os impactos da Psicologia Social e Coletiva no processo de regionalização e construção epistemológica de uma psicologia situada, enraizada nas realidades históricas, culturais e sociopolíticas latino-americanas e, particularmente, brasileiras.

MÉTODOS

O presente estudo realiza uma revisão bibliográfica da literatura, buscando sintetizar, analisar e atualizar a temática apresentada, com o objetivo primário de identificar as

contribuições da psicologia e saúde coletiva no rompimento com a colonização do saber em psicologia; enquanto embasamento metodológico e teórico, foram utilizados quatorze artigos científicos referentes à temática da psicologia em atenção básica e saúde coletiva, psicologia da libertação de Martin-Baró, aspectos des-coloniais do saber em psicologia e determinantes sociais em psicologia coletiva.

Para a coleta de referencial teórico e bibliográfico, fez-se uso do Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic), da biblioteca digital Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do livro Método Histórico-Social na Psicologia Social (2005). Ademais, foram selecionados artigos provenientes das seguintes revistas científicas: Fractal: Revista de Psicologia; Psicologia em Pesquisa; Estudos e Pesquisas em Psicologia; Observatorio de la Economía Latinoamericana; Psicología para América Latina; Psicologia: Ciência e Profissão; Revista Psicologia e Saúde; Psicologia e Sociedade; Educar em Revista; Educação e Sociedade; Saúde em Debate; Serviço Social e Sociedade; Estudos de Psicologia (Natal); e Psicologia em Estudo.

Como critérios de inclusão, foram considerados trabalhos publicados gratuitamente, disponíveis em sua forma íntegra e completa, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2024. Ademais, estabeleceu-se como requisito que os estudos tivessem como idioma principal o português ou o espanhol, bem como autoria de nacionalidade brasileira, de modo a privilegiar produções alinhadas ao contexto latino-americano. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos publicados em revistas europeias e norte-americanas, assim como aqueles cujo idioma principal fosse o inglês, com o intuito de manter a coerência teórico-epistemológica com a proposta da pesquisa.

Como estratégia de busca, foram utilizadas palavras-chave relacionadas à temática central do estudo, dentre as quais destacam-se: colonialidade do saber, psicologia da libertação, psicologia social, saúde coletiva, determinantes sociais, descolonização do saber, psicologia comunitária e contexto latino-americano. Tais descritores foram empregados de forma isolada e combinada, com o objetivo da ampliação de alcance e a relevância dos materiais encontrados.

O trabalho foi subdividido em três principais tópicos, são eles: (1) O processo da colonização do saber; (2) O papel da psicologia e saúde coletiva no contexto brasileiro; e (3) A importância da psicologia da libertação no campo social. Os três tópicos principais correspondem diretamente às palavras-chave selecionadas para a elaboração do presente

trabalho, buscando trazer uma construção histórica e contextual dos processos coloniais do saber científico na psicologia latino-americana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROCESSO DA COLONIZAÇÃO DO SABER

Observa-se que a concepção e elaboração inicial da psicologia no contexto brasileiro sofreu grande influência do modelo europeu e americano, visível no meio acadêmico ao notar a racionalidade iluminista europeia, propondo muitas vezes modelos políticos, econômicos, sócio-culturais e cognitivos que não consideram as particularidades latino-americanas (Menezes; Lins; Sampaio, 2019).

Um exemplo do eurocentrismo epistêmico é a noção de ciência neutra e universal, partindo da perspectiva racionalista; Abrantes (2005) indica que a suposta neutralidade retira de pauta temáticas subjetivas e sociais, como raça, gênero e classes, resultando em uma ciência sem consciência de classe e excludente de determinantes sociais da psicologia e saúde coletiva.

Tal movimento coloca, na colonialidade do saber, o posicionamento de um poder pelo qual centraliza a produção e legitimidade do conhecimento ao método científico e epistemológico Europeu, por muitas vezes, carregando consigo a memória histórico-cultural e genealógica das tradições coloniais próprias do pensamento e das visões de mundo da época; com isso, a colonialidade do saber não se mantém como uma reinterpretação de fenômenos observados no passado, mas como um nostálgico redirecionamento a uma memória colonial (Alves, 2019).

A contribuição da psicologia social, em sua base libertadora e sobretudo reativa ao modelo eurocêntrico da psicologia, é visível pelo que Alves (2019) cita como os principais pilares que constroem a memória social, visualizando a memória como um processo além da reprodução propriamente dita do que foi vivenciado no passado, como é visto no pensamento colonialista, onde se há um movimento contrário de adaptação e elaboração do pensamento e da memória à realidade e contexto presente.

Desse modo, por colonialidade de saber, entende-se também processos que extrapolam o conhecimento propriamente dito de um povo ou época, trazendo uma matriz que vislumbra questões raciais como algo relevante e necessário para a lógica colonialista; há, na colonialidade, de modo explícito ou implícito, a estruturalidade do racismo como sistema de poder, portanto

há a disseminação e a imposição de conhecimentos considerados válidos e valorizados com base na raça, como há no eurocentrismo (Reis, 2022).

Pode-se falar que o processo colonialista é sobretudo uma implícita deslegitimação dos aspectos sociais subjetivos próprios de peculiaridades culturais não necessariamente eurocêntricas ou ocidentais (Reis, 2022). No entanto, o processo de deslegitimação do saber e da subjetividade humana recorre a um abrupto ataque à força subjetiva do sujeito, rompendo uma das principais capacidades humanas: a reinvenção (Vieira; Romagnoli, 2022).

O que inicia como colonização do saber, passa a adentrar no campo da inclusão e da exclusão social; coloca-se a relação entre sujeito e saber em uma posição de poder opressivo onde o vislumbre de um significa a exclusão do outro, trazendo consigo uma culpa geracional dos que não se adequam aos pressupostos impostos pelo colonial, levando ao processo de culpabilização do subjetivo, daquilo que se supõe como precário e isolado (Vieira; Romagnoli, 2022).

Como posto por Reis (2020), o controle sobre a produção, sobre o saber e sobre os apontamentos sociais do que se é visto como certo e errado com base em preceitos raciais importados de um suposto indivíduo de poder, traz consigo um racismo institucional próprio da necropolítica, isto é, a determinação de como alguns povos devem viver e como outros devem, conseqüentemente, morrer - por assim dizer, qual saber há de permanecer na memória do coletivo e qual deve ser inutilizado e oprimido pelas instituições dos saberes ideais.

O processo colonialista, no entanto, acontecer de diferentes formas de acordo com o local em que a relação de poder é estabelecida; ao olhar para a especificidade da cultura brasileira, fala-se do colonialismo português que objetivou a ruptura de diferentes aspectos culturais por meio da noção de supremacia branca, coloca-se, no próprio processo colonizador, a dualidade entre colonizador e colonizado, o elo forte e o elo fraco (Dias, 2023).

Dias (2023) traça ainda a diferença entre a ciência ocidental e as demais ciências, onde, na primeira, tudo deve ser cientificamente provado e testado, submete o conhecimento tradicional à posição inferior de algo não plausível de comprovação, a ciência colonial - desse modo, invisibiliza o saber cultural, subjetivo e passado de forma oral dentro do espírito da época de um povo.

O PAPEL DA PSICOLOGIA E SAÚDE COLETIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A saúde coletiva é caracterizada como prática sanitária que utiliza diferentes saberes para ampliar noções epidemiológicas, questionando o paradigma biomédico, rompendo com a

patologização racionalista e criando rede multidisciplinar da causalidade entre agravantes sociais e adoecimento, especialmente no papel do psicólogo (Lemos; Lhullier, 2020).

A psicologia da saúde, desse modo, começa a colocar ênfase na prática psicológica dentro do ambiente comunitário e social, abarcando subjetividades próprias dentro do campo territorial onde o psicólogo está inserido, promovendo a saúde e possuindo caráter preventivo; desse modo, o psicólogo acaba adquirindo uma importância na saúde coletiva de se tornar um aproximador entre a comunidade e o saber, questionando os modelos tradicionais que se inclinam para uma negligência histórico-cultural da subjetividade do outro (Aguiar; Ronzani, 2007).

Dessa forma, em uma psicologia comunitária, há também a contemplação dos processos subjetivos que são pertinentes a um grupo, busca-se a transformação do coletivo por meio da intervenção preventiva, que significa, sobretudo, um rompimento com a noção colonial das estruturas hierárquicas de poder; com isso, o psicólogo comunitário, não carrega à comunidade em âmbito coletivo noções básicas de supostos saberes, mas se torna um elo entre o sistema de saúde e as células comunitárias (Aguiar; Ronzani, 2007).

Caminhar-se-á a uma psicologia única e não colonialista quando o contexto institucional contemplar aspectos rejeitados pelo modelo tradicional da psicologia individual européia. Segundo Spink (2003 apud Aguiar; Ronzani, 2007), a prática institucional da psicologia comunitária e coletiva deve expandir-se para o campo de referencial contextual, ou seja, há a necessidade de considerar a localização do psicólogo dentro dos contextos sócio dinâmicos próprios do social e a expansão do referencial teórico; onde o psicólogo se põe na posição de um sujeito que não exclui o outro em suas especificidades culturais e necessariamente diferentes.

Divergindo da noção colonialista, onde são traçados delimitações territoriais entre colonizador e colonizado e saber e não saber, a psicologia social, aplicada ao campo coletivo, age como um alicerce que une diferentes áreas e saberes, abrindo as fronteiras para a interdisciplinaridade e promovendo uma ruptura do egóico violento saber suposto; observa-se assim uma inclinação ao movimento próprio dos aspectos sociais (Scarcelli et al., 2022).

O que há é o rompimento de um saber superior aos demais saberes, juntando o saber produzido no meio acadêmico ao que se é vivenciado nas instituições, em suas subjetividades socioespaciais. A negação do modelo cartesiano, que acontece por parte da saúde coletiva, é sobretudo a ruptura do reducionismo do homem a um único fenômeno isolado - contempla-se

o todo, não como uma mera junção das partes, levando à compreensão do que há em sentido amplo e não linear (Scarcelli et al., 2022).

Ao falar de um modelo não linear, torna-se indissociável ao papel do psicólogo em saúde coletiva o rompimento do modelo biomédico e racionalista europeu; destarte, a noção da psicologia da libertação elaborada por Martín Baró significou um afastamento das especificidades eurocêntricas do campo da ciência através da apresentação de aspectos que seriam exclusivos do contexto latino-americano.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO CAMPO SOCIAL

Martin-Baró foi um psicólogo, padre jesuíta e filósofo, sua trajetória foi marcada pela defesa de um saber próprio do povo latino-americano, libertado de pressupostos eurocêntricos e norte americanos, dedicou sua vida para a defesa do compromisso ético, político e social da psicologia, onde os modelos predominantes não articulavam corretamente o saber psicológico às especificidades sócio-culturais latino-americanas, percebendo em sua prática que haveria um grande estado de sofrimento psíquico análogo a exclusão social e perda de direitos, processo esse diretamente relacionado com a origem colonial latina (Dias, 2020).

A prática científica, em Martin-Baró é questionada e posta a prova quando há a compreensão de que o saber e o fazer científico deve partir do pressuposto de transformação, contrário ao modelo europeu de explicação dos processos, como há no plano cartesiano do conhecimento científico positivista, o sujeito que se põe na posição de mera explicação, sem que perceba, coloca-se em estado de superioridade ao que se é explicado, acredita, de forma errônea, ser o detentor do saber e dos fatos observados (Dias, 2020).

Dias (2020) explica que Martín-Baró foi responsável para a compreensão de que a psicologia latino-americana ainda possui uma dependência intensa do modelo colonial, isto é, do modelo positivista e cartesiano próprio da psicologia Européia, que, de certo modo, negava os determinantes sociais e aspectos que não eram contemplados pela elite dominante da época, até a proposição de uma psicologia voltada ao coletivo e não apenas ao pensamento individualista, o qual nega condições históricas e culturais dos povos.

É possível identificar a relevância da contribuição de Martín-Baró quando este formula três questões fundamentais, as quais expressam o questionamento primordial acerca da psicologia social em diferentes momentos históricos, sendo estas perguntas: (1) o que mantém as pessoas unidas em uma ordem social?; (2) o que as integra nessa ordem?; e (3) o que as liberta

da ordem previamente estabelecida? Essas perguntas evidenciam a criticidade de Baró com os processos de dominação, coesão e emancipação social, constituindo um marco na compreensão da psicologia como prática histórica e politicamente situada, sem abertura à suposta neutralidade científica (Boechat; Vieira; Pizzi, 2020).

As perguntas fundamentais de Martín Baró acabam por se interligar aos aspectos específicos do contexto latino-americano que exigem cada vez mais uma adaptação da psicologia eurocêntrica à subjetividade latina; um dos aspectos subjetivos a serem observados é a própria violência estrutural que parte do próprio processo de gênese colonial

latina, violências essas organizadas e institucionalizadas no processo de opressão dos sujeitos, contexto esse de violência estrutural que é particular ao continente latino-americano em decorrência de sua gênese e origem colonial (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022)

Com isso, passa a ser defendida uma psicologia que não se limite à neutralidade e ao distanciamento dos fenômenos, mas que, sobretudo, considere o posicionamento do psicólogo dentro do campo político, de modo a atuar concomitantemente às comunidades para a superação dos conflitos que foram postos pela memória colonialista presente no contexto latino-americano. Como forma de exemplificar os aspectos que geram consequências na saúde mental coletiva, Martín-Baró aponta três fatores desencadeadores próprios de seu contexto na guerra civil salvadorenha: primeiramente, a violência sistêmica; em seguida, a polarização social; e, por fim, a institucionalização da mentira (Santos; Passos, 2024).

Ao se referir ao primeiro, a violência sistêmica, Martín-Baró (Santos; Passos, 2024) apresenta que há uma origem estrutural no comportamento violento, penetrado diretamente pelo campo ideológico da dominação, como se fora apresentado no campo colonialista - há uma deslegitimação e desumanização do outro em prol do favorecimento de um saber que carrega consigo sua natureza violenta; fala-se aqui do discurso do dominador frente ao dominado, que tende a gerar sofrimento psíquico ao sujeito preso à ordem dominante.

No segundo aspecto, de polarização social, há uma alienação das células sociais, os grupos são deslocados para os opostos, fragmentados e originários da ruptura comunitária em detrimento da criação de uma discórdia interna - esse processo pode ser relacionado ao que se é visto no campo da divisão de classes e, sobretudo, na divisão racial que é imposta pelo modelo colonialista em sua origem racista; nesse campo, existe um embate entre “eles” e “nós” imposto pelo modelo dominante (Santos; Passos, 2024).

No terceiro aspecto apresentado por Santos e Passos (2024) ao citar os desencadeantes do sofrimento psíquico postos por Martín-Baró, está o processo de institucionalização da mentira, o qual ocorre quando se é criado um mundo milimetricamente elaborado para a alienação dos sujeitos que não fazem parte da classe dominante - perpetua-se aqui o ciclo de insegurança e violência apresentados no discurso violento e polarizado, onde apenas alguns são os detentores da verdade absoluta dos fatos.

Considerando o que há de sofrimento psíquico análogo ao processo colonial do saber e sobretudo na cultura latino-americana, a ciência psicológica passa ter o papel de libertação epistemológica, o que significa, a libertação dos pressupostos violentos impostos pela raiz colonial, aspectos esses questionados dentro do campo da psicologia social e comunitária aplicadas ao saber da saúde coletiva.

A posição da psicologia, de acordo com Martín-Baró, é sobretudo o posicionamento e movimento de tornar-se anticolonial, isto é, o destaque voltado às raízes culturais e próprias de um povo, ao saber científico arraigado e vislumbrado nos aspectos históricos-culturais do campo social; a própria revolução da psicologia anticolonial se dá no vislumbre dos aspectos coletivos e grupais que partem de uma memória socialmente perpassada dentro da sociedade, não falando aqui de um indivíduo fora do coletivo, mas de um coletivo que impacta diretamente no indivíduo (Tavares; Tsallis, 2022).

10

A descolonização epistemológica no Brasil, portanto, depende de um crescimento do movimento em fazer psicologia de forma crítica e política aos modelos tradicionais do saber em psicologia, considerando que os modelos tradicionais surgem não do oprimido ou do alvo da colonização, mas da opressão reducionista de um modelo que não abrange a subjetividade e especificidade de todas as regiões e institucionalizações presentes em sua gênese (Tavares; Tsallis, 2022). O saber psicológico deve estar diretamente ligado ao fazer político e à movimentação que contraria os modelos estagnados da ciência neutra e petrificada na memória da dominação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho foi possível concluir que ainda há uma predominância no pensamento colonialista nos saberes da Psicologia, postos como uma dependência colonial do saber, o que gerou um movimento contrário para a elaboração de uma psicologia

descolonizadora que rompa com o movimento tradicional e próprio do positivismo racionalista europeu.

No reducionismo do saber científico há, sobretudo, um movimento violento de descredibilização e invisibilização do saber científico próprio das naturezas subjetivas e históricas das células sociais, o que não pode ser deixado de lado ao abordar a natureza específica do contexto latino-americano que possui sua origem na violência colonial e na imposição de um modelo universalista que distancia o sujeito à alienação social. Todavia, é observável, através da presente pesquisa, que há no movimento colonialista, uma natureza racial, isto é, a estruturalidade racista que impõe um modelo hierárquico do pensamento dominante e sua memória racial perante aqueles colocados como inferiores e submissos.

A saúde coletiva, no entanto, questiona os pressupostos dos saberes individualizados e isolados do todo, trazendo a compreensão de questões que devem ser vistas como partes de um todo, abraçando a subjetividade da complexidade humana em suas diferentes áreas de compreensão e sobretudo, de vivência. Cabe, no campo coletivo, a compreensão dos aspectos históricos que impactam diretamente na vivência da saúde coletiva em uma comunidade e sociedade; a delimitação territorial entre indivíduo e coletivo significa, portanto, um retrocesso ao saber em psicologia coletiva.

A prática científica, no entanto, deve ser questionada quanto a suas raízes coloniais, que acabam por perpetuar, por meio do discurso acadêmico, a deslegitimidade do que não se é considerado científico ou propriamente válido no campo experimental, essa dependência colonial acaba por minar o desenvolvimento de um pensamento próprio do contexto latino americano.

Todavia é possível perceber a importância da psicologia coletiva brasileira e da psicologia da libertação de Martín Baró no processo de emancipação epistemológica da ciência psicológica, de modo a considerar os aspectos específicos e históricos-culturais inerentes ao povo latino-americano e brasileiro, o que enfatiza cada vez mais o posicionamento político da psicologia enquanto ciência, abstendo-se de neutralidades formalizadas no modelo racionalista proveniente do iluminismo.

Conclui-se, portanto, uma maior necessidade de elaboração de pesquisas no campo da psicologia coletiva e uma consideração crítica das especificidades do contexto latino-americano, de modo a embasar o debate público de uma psicologia latino-americana que questiona os modelos tradicionais do fazer científico em psicologia, atentando-se sobretudo ao processo dual

da deslegitimação do saber em detrimento da legitimação de um pensamento arcaico preso a uma memória racionalista européia.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. C. Colonialidade do saber e conflitos de memórias no espaço público. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 195-200, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

AGUIAR, S. G.; RONZANI, T. M. Psicologia social e saúde coletiva: reconstruindo identidades. **Psicologia em Pesquisa**, v. 1, n. 2, p. 11-22, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472007000200003. Acesso em: 25 mar. 2026.

BOECHAT, F.; VIEIRA, A.; PIZZI, B. A "Visão Histórica da Psicologia Social" de Ignacio Martín-Baró. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 630-650, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200014. Acesso em: 22 out. 2025.

DIAS, H. Colonialidade do saber como processo de objetivação. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 12, p. 27102-27114, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2603>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DIAS, M. S. L. O legado de Martín-Baró: a questão da consciência latino-americana. **Psicologia para América Latina**, n. 33, p. 11-22, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100003. Acesso em: 25 mar. 2026.

FERNANDES, S. L.; GONÇALVES, B. S.; SILVA, L. S. P. Psicologia, povos tradicionais e perspectivas de(s)coloniais: caminho para outra Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. esp., p. e263863, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LEMOS, V. S.; LHULLIER, C. A Psicologia na atenção básica e a saúde coletiva. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 177-188, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000300012. Acesso em: 22 out. 2025.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. e191231, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. (org.). **Método histórico-social na Psicologia Social**. São Paulo: Vozes, 2005. p. 25-51.

REIS, D. S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, v. 36, e75102, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-40602020000100706. Acesso em: 25 mar. 2026.

REIS, D. S. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e240967, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SCARCELLI, I. R.; RIVERA, M. F. A.; VALENTIM, A. C. M. S. F.; LIMA, N. P.; MARTINS, A. A. Saúde coletiva e psicologia social da práxis: um caminho interdisciplinar como metaformação na pós-graduação. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 135, p. 1139-1150, 2023. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6917>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SANTOS, C. B. O.; PASSOS, R. G. As contribuições críticas de Ignacio Martín-Baró: notas sobre saúde mental, fatalismo e guerra. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 2, p. e6628409, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

TAVARES, A. D. M.; TSALLIS, A. C. Loucura sob ataque: contribuições de Ignacio Martín-Baró sobre colonização, guerra e saúde mental para o Brasil contemporâneo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 27, n. 1, p. 104-114, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2022000100104. Acesso em: 25 mar. 2026.

VIEIRA, É. D.; ROMAGNOLI, R. C. A clínica psicológica como um espaço de desvelamento das desigualdades sociais. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e47596, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/>. Acesso em: 25 mar. 2026.